



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Pedidos de Esclarecimentos nº 2

Pregão Eletrônico nº 16/2019

Considerando questionamentos recebidos a respeito da licitação em referência:

Questão 1

Tendo em vista o correto desenvolvimento e performance esperada da infraestrutura do COREN entendemos que juntamente, para cada switch ofertado deva ser ofertado em conjunto uma unidade de transceiver SFP+ 10GBE SR LC do mesmo fabricante do switch ofertado. Está correto nosso entendimento?

Questão 2

Vimos solicitar esclarecimentos em relação ao constante nas especificações do **ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, Switch de Acesso e seus subitens, especialmente na seção "**7. QUALIDADE DE SERVIÇO**", subitem "**7.1.2 Suportar Policy Based Routing;**"

Entendemos que por se tratar de um Switch de Acesso e não ter sido exigido nenhum protocolo de roteamento avançado, a seção **7. QUALIDADE DE SERVIÇO** em seu item 7.1.2. requisita que o equipamento permita o controle e limitação de tráfego através de classes de serviço, por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP. Está correto nosso entendimento?

O Coren-SP esclarece que:

Resposta 1

O item 4 do ANEXO II – Especificações Técnicas do Edital, bem como seus subitens, tratam das interfaces de comunicação e de seus tipos e velocidades.

O subitem 4.1.3 do mesmo anexo define que deverá possuir, além das portas RJ45 definidas no subitem 4.1.1, também 2 portas SPF ou SFP+ que permitam a utilização de conversores padrão SFP de 1Gbps Base-X ou SFP+ que permitam a utilização de conversores padrão 10Gbps Base-X.

Não está sendo solicitado transceiver; apenas que deverá ter 24 portas RJ45 Switch Gigabit Ethernet 10/100/1000 BaseTX e adicionalmente 2 portas padrão SFP ou SFP+, sendo admitido que essas 2 portas trabalhem em modo combo com as portas RJ45. Também é definido no subitem 4.3 do mesmo anexo que não serão aceitas portas óticas com interfaces fixas (sem transceivers intercambiáveis), a fim de que seja garantida a flexibilidade do sistema.

No mesmo anexo, o subitem 1.6 esclarece que as portas lá informadas em módulos de supervisão ou gerenciamento não serão consideradas para a composição das quantidades de portas úteis exigidas por equipamento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Resposta 2

Esclarecendo o questionamento, o recurso de Policy Based Routing possibilita a criação de rotas e de sua escolha pelo switch através da política de acesso, normalmente baseada em origem.

Acredito estar havendo confusão e mistura de subitens do item 7

São Paulo, 28 de Junho de 2019.

Meire Ferreira Tortolani
Pregoeira

Publicado no site do Coren-SP: www.coren-sp.gov.br e no portal: www.comprasgovernamentais.gov.br